



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

COVID-19: DISCURSO, IDEOLOGIA E O NEGACIONISMO BRASILEIRO

COVID-19: DISCOURSE, IDEOLOGY AND BRAZILIAN DENIALISM

Olga Myllena Diniz Botelho Santana – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Marcos Aparecido Rodrigues do Prado – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A pandemia da Covid-19 evidenciou o uso ideológico das construções narrativas, em meio à polarização política que, nas últimas décadas, cinde o Brasil. Tal cenário jogou luz sobre a ascensão de uma extrema direita que ditou estratégias próprias para a condução da crise sanitária, pautada na sustentação do negacionismo à ciência e às políticas sanitárias de combate ao Sars-CoV-2 – a exemplo da resistência à vacina, do incentivo ao uso da hidroxicloroquina, da minimização da doença e do boicote ao uso de máscaras e às medidas de distanciamento social. Desse modo, este artigo apresenta uma reflexão teórica de natureza básica e do tipo exploratória, com delineamento bibliográfico e abordagem qualitativa, acerca da relação entre discurso e ideologia na condução negacionista da pandemia da Covid-19, no Brasil, sob o governo de Jair Bolsonaro. Com isso, é possível contribuir com as discussões acerca dos impactos da necropolítica, fundamentada em discursos de ódio e em práticas autoritárias, e iniciar um debate sobre o papel da informação e da ideologia como possíveis Determinantes Sociais de Saúde.

Palavras-chave: Discurso; Ideologia; Covid-19.

Abstract: The Covid-19 pandemic highlighted the ideological use of narrative constructions, amid the political polarization that, in recent decades, has divided Brazil. This scenario shed light on the rise of an extreme right that dictated its own strategies for managing the health crisis, based on supporting denial of science and health policies to combat Sars-CoV-2 – such as resistance to the vaccine, the encouraging the use of hydroxychloroquine, minimizing the disease and boycotting the use of masks and social distancing measures. Therefore, this article presents a theoretical reflection of a basic and exploratory nature, with a bibliographical outline and a qualitative approach, about the relationship between discourse and ideology in the denialist conduct of the Covid-19 pandemic, in Brazil, under the government of Jair Bolsonaro. With this, it is possible to contribute to discussions about the impacts of necropolitics, based on hate speech and authoritarian practices, and start a debate on the role of information and ideology as possible Social Determinants of Health.

Keywords: Speech; Ideology; Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Na obra *A condição humana*, a filósofa alemã Hannah Arendt, ao abordar as três atividades que constituem a vida – trabalho, labor e ação, sendo essa última referente à política, à vida pública – destaca que o poder não existe por si só, é sempre um potencial, de modo que se apresenta suscetível às variantes impostas pelo lugar e pelo momento histórico, não sendo imutável ou mensurável. Para ela, “enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam” (Arendt, 2007, p. 212).

Nos três anos de pandemia da Covid-19, que resultaram em mais de 775,7 milhões de casos confirmados e 7 milhões de óbitos (OMS, 2024), as escolhas de narrativas discursivas de enfrentamento à crise sanitária pelas autoridades mundiais foram, também, modelos de exercício de poder, a partir não só de estratégias sanitárias, mas de posicionamentos geopolíticos e ideológicos. Enquanto o vírus alastrava-se por todos os continentes, os governantes adotavam medidas e discursos divergentes, diante de seus modelos de gestão e alinhamentos político-partidários.

Como postulou Ribeiro (2010), o monopólio da coerção está, intimamente, ligado ao Estado. Por isso, a ambição por um lugar na estrutura do Estado, do governo, tem como intuito:

[...] Usar, dentro das limitações inevitáveis, o poder decisório e coercitivo do Estado com a finalidade de satisfazer interesses, ou realizar aquilo que se considera certo. É claro que, se é o Estado que detém a posição formal de poder, é necessário que vejamos, como temos aprendido a ver, quem está “por trás do Estado”, quem ele representa basicamente (Ribeiro, 2010, p. 175).

Nesta perspectiva, conforme Jesus e Barros (2021), recuperando o pensamento de Arendt, nos discursos políticos, os atores buscam fortalecer vínculos eleitorais e contratos ideológicos com seus apoiadores. E, assim, “diante dos cenários de pluralidade ideológica no campo político, multiplicam-se as verdades hermenêuticas, levando representantes e representados a contínuas disputas em torno desses regimes de verdade” (Jesus; Barros, 2021, p. 278).

Para Sondermann (2013), os discursos políticos situam-se na margem entre a vida política e a cena de representação das forças políticas. No contexto pandêmico, esse panorama reflete, sobretudo, uma disputa discursiva, em meio a uma crise hegemônica, visto

que potencializa desigualdades. Mais que isso: “Ressuscita demandas e expectativas sobre o Estado. Coloca em suspense a hegemonia, criando espaços para a disputa política de discursos em nível nacional e internacional” (Grupo de Pesquisa Discurso, 2020, *não paginado*).

Não à toa, na obra *O Grande Recuo*, Gerbaudo (2023) argumenta que a pandemia da Covid-19 e a crise energética mundial apontam para um declínio do neoliberalismo e a ascensão de um neoestatismo, fato que leva a mudanças nos limites dos discursos políticos, devido à necessidade, cada vez maior, da intervenção do Estado enquanto agente norteador. Para o sociólogo italiano, enquanto a Era neoliberal apontava para o mercado como condutor para a prosperidade, hoje, chega-se à conclusão de que o Estado nunca desempenhou papel secundário, ao contrário.

Diante dessa realidade, torna-se fundamental uma análise crítica acerca dos discursos adotados pelos líderes políticos diante da maior crise sanitária da Humanidade, na contemporaneidade. Sobretudo, pelo fato de que o cenário pandêmico evidenciou a adoção de duas frentes narrativas, demarcadas por bases ideológicas e pelas próprias divergências entre governos progressistas e conservadores, democráticos e autoritários, pró-indivíduo e pró-mercado.

A pandemia coloca frente a frente duas estratégias biopolíticas de gestão da epidemia. Uma que aposta nas solidariedades coletivas e na defesa do direito à vida, direito à saúde, direito a uma morte digna, ciente de que só poderemos recuperar nossa economia já debilitada se aceitamos cuidar-nos entre todos. Outra que reforça e reivindica a lógica neoliberal centrada na ideia de assumir os próprios riscos e expor as populações à morte (Caponi *et al.*, 2021, p. 97).

Essa constatação inspirou o desenvolvimento deste trabalho, que parte da seguinte questão: qual o impacto do viés ideológico presente nos discursos de Jair Bolsonaro sobre a Covid-19 para o fortalecimento do negacionismo no Brasil? Os objetivos são ampliar a discussão acerca do caráter ideológico dos discursos políticos, compreender como essa relação se manifestou na condução da crise sanitária pelo Estado brasileiro e identificar as estratégias narrativas adotadas pelo líder do Executivo para consolidar a onda negacionista no País.

O artigo trata-se de uma reflexão teórica de natureza básica e do tipo exploratório, com delineamento bibliográfico e abordagem qualitativa. Para isso, recorre a autores consagrados na Filosofia, na Sociologia e na Ciência Política, que, apesar de suas diferentes abordagens, contribuem, substancialmente, para uma análise que influencia os fenômenos atuais da questão proposta. Entre eles, destacam-se Mészáros, com sua crítica ao sistema

capitalista e aos mecanismos de alienação; Hannah Arendt, com seu olhar para o poder político, os perigos do totalitarismo e os processos de dominação; Gerbaudo, com uma perspectiva contemporânea acerca das discussões de poder, da mobilização política e do neoestatismo, na era digital; Foucault, com suas contribuições acerca da construção dos discursos e do controle social; bem como Ribeiro, com sua visão crítica para a formação da identidade nacional e política brasileira, e Tiburi, importante na crítica à polarização política, ao avanço do fascismo e à manipulação ideológica.

Em seguida, o trabalho estabelece um diálogo com autores da Ciência da Informação, levantados na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), que resultou em uma seleção de artigos científicos com densa discussão fundamentada sobre a temática. Como estratégia de busca na Brapci, optou-se pela utilização de um procedimento menos rigoroso, dada a especialidade consistente desta fonte. Assim, determinou-se a busca simples, na qual as palavras "desinformação" e "Covid-19" foram qualificadas como critério terminológico adicionado pela delimitação do título como campo específico de busca. Tais bibliografias foram determinantes para verificar a dinâmica do jogo ideologia-discurso-negacionismo na Economia Política da Informação.

2 DISCURSO, IDEOLOGIA E RETÓRICA: UMA INTERSEÇÃO

Em suas reflexões acerca da operacionalização discursiva, Foucault (1996) levanta um questionamento crucial, a partir do qual devem ser pensadas as construções narrativas: "Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?" (Foucault, 1996, p. 8). Essas perguntas partem de uma compreensão central da obra foucaultiana: o discurso é, antes de tudo, semântico. Nele, a linguagem assume dimensões históricas, contextuais, políticas e sociais.

Fruto de interações de controle, seleção, organização e redistribuição, o conteúdo discursivo não apenas se estabelece em meio às relações de poder-saber, mas é o próprio objeto de desejo do poder. Trata-se, em outras palavras, de uma ferramenta de dominação dos corpos e de construção de "verdades". E, como uma questão de poder, "[...] é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política" (Foucault, 2008, p. 136-137) – portanto, isento de neutralidade.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Desta forma, o discurso manifesta os sentidos e o repertório do enunciador, enquanto ator socio-histórico. Nele, observa-se que:

Quem diz, sempre o faz a partir de um lugar e uma intenção. Neste sentido, é importante que se tenha em mente a historicidade do discurso, a sua acomodação às diversas situações para se estabelecer, através dele, como ato impositivo, ato de verdade e de, quase sempre, ato de força (Stolz, 2008, p. 160).

Isso significa que a natureza discursiva é, sobretudo, ideológica – pautada não só em quem a produz e profere, mas, também, no seu receptor. No entanto, marcado por uma cultura neoliberal conservadora, “o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade’” (Mészáros, 2004, p. 57). Com isso, manifesta-se como “representação invertida da realidade, que, ao ocultar seus condicionamentos materiais, apresenta as representações da consciência como princípios explicativos verídicos e definitivos” (Crocco, 2009, p. 1-2).

Uma vez que são socialmente estabelecidos, os sistemas ideológicos têm intencionalidades muito bem determinadas. Conforme discorre Mészáros (2004, p. 65): “Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”.

Além disso, essa consciência delimita os próprios conflitos existentes no tecido social, em diferentes períodos da História. Sobre isso, ele destaca:

Uma vez que as sociedades em questão são elas próprias internamente divididas, as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições tanto como *totalizadoras* em suas explicações e, de outro, como *alternativas* estratégicas umas às outras. Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se interrelacionam e até se confrontam, de modo, mais ou menos, aberto, articulando sua visão de ordem social correta e apropriada como um todo abrangente (Mészáros, 2004, p. 65).

Aqui, cabe considerar que mesmo com a queda de um regime político ou com críticas e destituição de legitimidade ideológica, “por trás de um regime e de sua ideologia, há sempre um modo de pensar e de sentir, uma série de hábitos culturais, uma nebulosa de instintos obscuros e de pulsões insondáveis” (Eco, 2019, p. 23). Compreende-se, portanto, uma relevância contextual e temporal, que reflete como “uma sociedade possui várias formações ideológicas, e a cada uma delas corresponde uma ‘formação discursiva’ (‘o que se pode e se deve dizer em determinada época, em determinada sociedade’)” (Gregolin, 1995, p. 17).

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

Dentro dessa perspectiva, Mézaros (2004) destaca que as ideologias são determinadas pela época, em dois sentidos: i) a consciência social prática das sociedades não pode deixar de ser ideológica, devido ao caráter antagônico das estruturas sociais; e ii) na medida em que o caráter específico do conflito social surge do caráter historicamente mutável das práticas produtivas e distributivas da sociedade, coloca-se em destaque novos modelos de desafio ideológico relacionados com o surgimento de meios mais avançados de satisfação das exigências da conjuntura social.

Neste sentido, Crocco (2009) também reflete sobre os impactos dessa dinâmica diante de ideologias hegemônicas:

As ideias da classe dominante, em particular da classe burguesa, apresentam-se como representações definitivas e legítimas, silenciando as contradições sociais e econômicas, produzindo uma universalidade abstrata que tem por função acomodar os indivíduos frente ao existente e à realidade instituída (Crocco, 2009, p. 2).

Thompson (2011) também o faz, ao apresentar um conceito para Ideologia:

Proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas (Thompson, 2011, p. 79).

No entanto, como frutos de uma própria relação social conflituosa, “existem ideologias que, dadas nossas posições éticas ou sociopolíticas, queremos recusar, e outras que estamos prontos a assumir” (Fourez, 1995, p. 190). Nesse âmbito, o discurso apresenta-se como um dos aspectos da materialidade ideológica. Para o indivíduo, ele só terá sentido se, nele, for reconhecida uma formação discursiva (Gregolin, 1995). E, sobre os discursos ideológicos, Fourez (1995, p. 179) postula: são “os discursos que se dão a conhecer como uma representação adequada do mundo, mas que possuem mais um *caráter de legitimação* do que um caráter unicamente descritivo”.

Sendo assim, o autor supracitado, completa:

Considerar-se-á então que uma proposição é ideológica se ela veicula uma representação do mundo que tem por resultado *motivar as pessoas, legitimar certas práticas e mascarar uma parte dos pontos de vista e critérios utilizados*. Dito de outro modo, quando tiver como efeito mais o reforço da coesão de um grupo do que uma descrição do mundo (Fourez, 1995, p. 179).

Tiburi (2019) também reflete sobre o assunto, a partir do poder sobre a linguagem. A filósofa considera que “as pessoas estão sendo enganadas, mas de uma forma mais

especializada. Estão sendo capturadas na construção de uma grande crença que não deve ser questionada. Isso é o que chamamos de ideologia. O cálculo que o poder faz sobre a vida enquanto a vida é linguagem e ação” (Tiburi, 2019, p. 52).

Essa ausência de criticidade sobre discursos preestabelecidos coloca a sociedade contemporânea em duas situações:

Os fanatismos prejudicam a vida do espírito, porque afastam do pensamento sério que deveria garantir a vida do espírito. As pessoas que desistem de ouvir desistem de pensar. São capazes de desistir da filosofia, assim como desistem da política, que seria uma forma da prática a partir da consciência do que se faz. Ao perceber que estão todos malucos, os que se mantêm “não malucos” optarão por não dar conversa, por não fazer parte, por debandar, por desistir da linguagem como objeto que permite compreender e explicar os atos básicos do conhecimento, assim como um dia desistirão da política (Tiburi, 2019, p. 49).

Segundo a filósofa, nesse cenário, aqueles que caíram naquilo que ela considera delírios coletivos “seguem fazendo o que tem que ser feito sem questionamento, seja votar, seja pagar o dízimo, seja ver os programas de televisão, seja xingar os adversários nas redes sociais” (Tiburi, 2019, p. 50).

Uma vez que essas ideologias corroboram com a estruturação de práticas, comportamentos e manifestações dos indivíduos na sociedade, nota-se uma implicação direta na construção da opinião e do debate públicos – sobretudo, em períodos de crise e polarização. E, aqui, cabe destacar a interpretação de Figueiredo e Cervellini (1995, p. 177 *apud* Stilben, 2021, p. 340) acerca da opinião pública, “como sendo originária ‘do debate público, ou seja, de um processo de discussão coletiva, implícito e explícito’”, a partir de aspectos de pensamentos individuais – típico das massas.

Assim, a opinião – mesmo a pública, coletiva – parte das subjetividades, como destaca Arendt (2016, p. 237):

Fatos informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua verdade fatural. A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação fatural seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados. Em outras palavras, a verdade fatural informa o pensamento político, exatamente como a verdade racional informa a especulação filosófica.

Essa análise também é importante para que se tenha uma compreensão ampla dos processos informacionais, visto que a desordem da informação é, muitas vezes, afetada pela opinião e pela má conjectura dos fatos. De tal modo, não há como pensar o discurso e a sua natureza ideológica sem fixar mira sobre a retórica, do grego *Rhethorikê*, que significa *a arte do bem falar* – mais focada na persuasão do ouvinte.

A técnica, sistematizada por Aristóteles, na Grécia Antiga, compreende “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (Aristóteles, 2005, p. 95). Com isso, se percebe uma dimensão intencional da linguagem caracterizada pelo desenvolvimento perspicaz de atributos que formam a oratória para qualificar a construção de elementos retóricos. Trata-se de um processo comunicacional e envolvente da expressão humana. Assim:

A retórica é a outra face da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar (Aristóteles, 2005, p. 89).

Para Aristóteles, existem três espécies de provas de persuasão: pelo caráter moral; pela disponibilidade do ouvinte; e pelo discurso. Vejamos:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador. [...] Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. [...] Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular (Aristóteles, 2005, p. 96-97).

Contudo, apesar de a retórica estar centrada na persuasão e, portanto, no ato de levar o receptor do discurso a acreditar em algo, “só se efetiva o caráter retórico se a persuasão se faz sem a ocorrência de mecanismos coercitivos. Assim, a retórica consiste em efetivar-se um discurso convincente em que o sujeito ‘convencido’ não coloque em dúvida a legitimidade do processo” (Reis, 1999, p. 146).

Nota-se, então, que entre as premissas da retórica aristotélica está a persuasão da plateia de que sua causa é a mais verossímil, ainda que não seja verdadeira (Santos; Santee, 2010), despertando, sobretudo, emoção no receptor e confiança sobre o orador.

3 POLARIZAÇÃO POLÍTICA: UM PANO DE FUNDO

O Brasil tem um enorme passado pela frente, disse, certa vez, o ilustrador brasileiro Millôr Fernandes. Mas é exatamente o esquecimento da sua própria história que coloca o país de volta a um contexto de polarização que, em um passado recente, fez eclodir um dos

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

regimes mais autoritários que a Nação já presenciou, como foi a Ditadura Militar de 1964. A história brasileira, marcada por ambiguidades e “feita do encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais, também anda repleta de seleções e lacunas, realces e invisibilidades, persistências e esquecimentos” (Schwarcz, 2019, p. 223).

Segundo Medeiros (2022), a crescente polarização política – a existência de dois sistemas de crenças dominantes e contraditórias –, em diferentes países, é vista como uma das causas das crises democráticas, em todo o mundo. Assim,

Para que possamos dizer que há um processo de polarização em curso, é preciso que haja dois blocos com ideologias ou preferências sobre políticas claramente distintas e que esses blocos estejam continuamente se distanciando (em direção às extremidades de uma linha ideológica imaginária) (Medeiros, 2022, p. 34).

Mas, aqui, cabe uma análise de Tiburi (2015) acerca da diferença entre a atuação das multidões e das massas – a primeira, feita de singularidades em busca do comum, e a segunda, amorfa e manipulável, característica de manifestações fascistas. Essa noção de funcionamento das manifestações coletivas permite compreender uma distinção fundamental apresentada por Medeiros (2022): a diferença entre a polarização das massas e a polarização da elite política. Sobre isso, nota-se que:

A primeira diz respeito a visões contrastantes entre eleitores ou simplesmente cidadãos. Já a segunda dá conta das divisões entre aqueles que ocupam cargos eletivos e/ou ocupam a militância e as estruturas partidárias. Não há nada que obrigue os dois tipos de polarização a coexistirem ou a se influenciarem mutuamente. Eleitores podem estar amplamente divididos enquanto a elite política está concentrada em uma posição moderada, ou vice-versa (Medeiros, 2022, p. 34).

De 1994 a 2014, por exemplo, as disputas pelas eleições presidenciais brasileiras concentravam-se em duas filiações: Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). No entanto, esse não seria um indicativo, impreterível, da polarização do eleitorado – haja vista que os eleitores fazem suas escolhas a partir das opções apresentadas e, naquela altura, os polos eram coordenados, majoritariamente, por esses dois partidos.

Segundo Medeiros (2022), pesquisas realizadas sobre o período revelam que, apesar dos dois polos, não havia uma distinção clara entre os dois blocos, já que, internamente, eram heterogêneos. Do mesmo modo, a própria elite política se movia mais em direção ao centro, o que a diferenciava menos. Portanto, havia um equilíbrio no sistema político brasileiro. Sobre esse momento, o pesquisador aponta as seguintes evidências:

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

(1) Os eleitores brasileiros se dividiam (até 2018) claramente em dois blocos de apoio eleitoral – seja entre eleitores de PT e PSDB, seja entre petistas, antipetistas e não-partidários; (2) os partidos e as alianças convergem em direção ao eleitor mediano; (3) os blocos não são distintos quanto se imaginava, isto é, não há uma polarização ideológica clara no eleitorado brasileiro (Medeiros, 2022, p. 37).

Desde 2014, esse cenário tem passado por uma transformação, que teve, como pano de fundo, no início, mobilizações, aparentemente, motivadas pela luta contra o aumento das passagens do transporte público, mas que refletiam uma série de descontentamentos com a elite política brasileira. Logo, o panorama resultou em “uma aliança involuntária entre aqueles que militavam contra a corrupção nas redes sociais e os movimentos sociais herdeiros das manifestações do ciclo antiglobalização da virada do século” (Ortellado; Ribeiro, 2018, p. 4). No entanto, a cisão, propriamente dita, entre polos ideológicos ganha força, sobretudo, a partir do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff – sobre o qual recaem as evidências de golpe –, as eleições de 2018 e o surgimento da onda bolsonarista – bem como do anti-bolsonarismo.

A crise política que resultou na queda da presidente Dilma Rousseff e a espetacularização da Operação Lava Jato corroboraram com o clima de desconfiança, descontentamento público e emergência de um discurso “antipolítico”, revestido por uma lógica de “anticorrupção” e “antipetismo”. O esquema de corrupção desvelado durante o governo do PT estava longe de ser a origem dos desvios no país – cujo histórico tem início ainda no período colonial – e envolveu uma coalizão de partidos, entre os quais destacam-se PMDB (atual MDB), PP, PSD e PSDB, mas foi personificado na figura de um único grupo político, que serviu, inclusive, de bode expiatório para a promoção dos outros envolvidos, especialmente PSD e PSDB – seus principais antagonistas nas eleições seguintes.

Na aparente luta contra a corrupção, houve uma cruzada moralista, descrita por Schwarcz (2019) da seguinte forma:

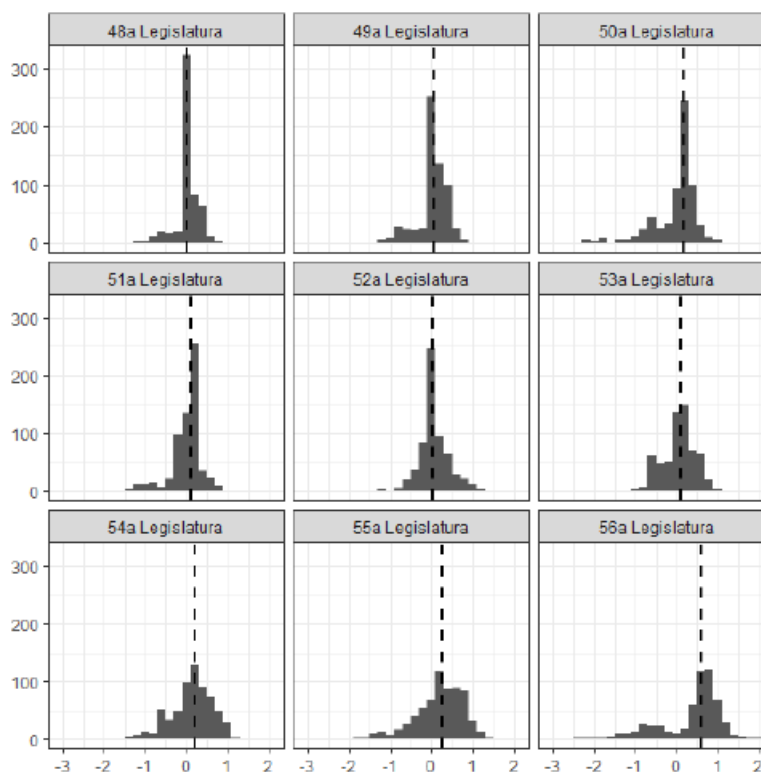
Jogar todas as baterias contra apenas uma pessoa – e assim personalizar a questão –, ou transformar um único partido em bode expiatório de uma prática muito espalhada, e assim parecer “vacinado contra a doença”, é saída que não dá conta de um problema de ordem mais geral (Schwarcz, 2019, p. 121).

Mas esse foi o cenário que serviu como pano de fundo para o contexto que cindiu o Brasil entre os antipetistas – conservadores, militantes ditos contrários à corrupção, políticos opositores, defensores dos militares, liberais e “patriotas” – e a esquerda, composta pelos

movimentos sociais, ONGs, base aliada e minorias – como movimentos negros, feministas e LGBT[QIA+] (Ortellado; Ribeiro, 2018).

Medeiros (2022) – a partir de levantamentos do Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), baseados em votações nominais de janeiro de 1989 a julho de 2021 – destaca que a Câmara dos Deputados sempre teve inclinação à direita do espectro ideológico. Portanto, o Legislativo brasileiro sempre teve um caráter conservador, em sua maioria. No entanto, como aponta a figura 1, nos últimos 30 anos, a grande mudança é constatada na queda, significativa, dos parlamentares que ocupam o centro do espectro – ou seja, a moderação.

Figura 1 - Distribuição dos Pontos Ideais dos Deputados Federais por Legislatura



Fonte: Banco de Dados Legislativos do Cebap *apud* Medeiros (2022, p. 40).

Portanto, nota-se uma redução do centro, enquanto os polos entre direita e esquerda passam a expandir, com os parlamentares em busca de maior diferenciação. Esses blocos opostos se consolidam e, ao longo do processo, passam a adotar estratégias específicas para sustentar essa separação, tanto na agenda pública quanto no debate ideológico. Percebe-se, principalmente, haver:

Uma retroalimentação ou ciclo vicioso que encadeia a polarização das massas e da elite política. Legisladores e partidos políticos descongestionaram aos poucos o centro do espectro e as próprias dinâmicas do presidencialismo de coalizão e das eleições presidenciais levaram à formação de dois blocos que se opõem mais uns

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

tantos partidos que flutuam de um lado para o outro. Isso implica não apenas em um determinado tipo de comportamento legislativo, mas também em estratégias da elite política de atizar a polarização do eleitorado, seja enfatizando determinados valores ou jogando com as transformações sociais pelas quais o país passou. [...] O voto resultou em um congresso formado por menos políticos moderados, muitos conservadores e uma nova ala mais à esquerda em diversas pautas (Medeiros, 2022, p. 47-48).

Evidencia-se, assim, uma polarização, ou seja, uma redução do ambiente político e democrático a dois polos, cada vez mais, antagônicos, cujos discursos diferem não apenas no pensamento acerca de propostas para o desenvolvimento do país, mas na construção de narrativas em diferentes segmentos, sejam eles políticos, econômicos, sociais ou sanitários.

Esse fenômeno é corroborado pelos processos midiáticos, sobretudo no ambiente digital, no Brasil e no mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, pesquisa sobre as origens e as consequências da polarização afetiva demonstra que “à medida que as pessoas passam mais tempo online e em sites de redes sociais, elas são mais propensas a serem expostas inadvertidamente a conteúdo polarizador por outras pessoas em sua rede” (Yengar *et al.*, 2019, p. 135). Além dela, a grande mídia também atua de forma preponderante para a disparidade e a construção de narrativas ideológicas que acentuam o distanciamento dos dois polos.

Assim, haja vista que polarizar implica em reduzir, evidencia-se uma limitação para a diversidade, o que representa uma ameaça à própria democracia – que é a maior garantia de que o debate entre os antagônicos possa existir, sem cerceamento de direitos e liberdades. Como pontua Schwarcz (2019):

As polarizações, como temos tentado explicar, têm o poder de matar a democracia, gerar uma retórica da divisão e eleger apenas demagogos que não representam os desejos de justiça, segurança, ética, igualdade, os quais, suponho, são de todos nós, brasileiros (Schwarcz, 2019, p. 235).

Tal dinâmica ecoa, de forma ainda mais expressiva, na era digital, pela ilusão da segurança de estar do outro lado da tela, do anonimato e da possibilidade de ativismo na palma da mão, a um clique, por meio de *likes*, comentários e compartilhamentos. Na rede, todo e qualquer usuário pode ser um porta-voz de um discurso ideológico, com ou sem embasamento, com ou sem consciência – o que torna as discussões acerca da ética no ambiente virtual ainda mais relevantes. Afinal, o ato digital nos dá ideia de realização e “de fato, ele realiza muita coisa, mas muda a qualidade da existência e, em muitos momentos, torna-se uma locupletação perigosa” (Tiburi, 2015, p. 140).

4 COVID-19: A IDEOLOGIA E O NEGACIONISMO À BRASILEIRA

Segundo Gerbaudo (2023), o mundo vivencia uma transição, caracterizada como *O Grande Recuo* da globalização neoliberal, na qual há uma contração da economia, uma retração popular em suas casas – devido aos períodos de quarentenas e *lockdowns* – e uma intervenção estatal cada vez maior, diante da necessidade coletiva de lidar com as condições básicas de existência da sociedade.

Por isso, diante dessa nova configuração, ele destaca que, agora, “o discurso político, tematicamente, está organizado em torno da pergunta ‘o que devemos fazer com o Estado?’, e não ‘o que podemos esperar do mercado?’” (Gerbaudo, 2023, p. 18). Aqui, cabe destacar o papel crucial dessa instituição, que, em meio à incapacidade do mercado de encontrar soluções em momentos de crise, mais uma vez, demonstra sua força na dinâmica socioeconômica:

O Estado como controlador e arquiteto, o Estado como protetor da sociedade e defensor das garantias coletivas. O Estado não como um construto exagerado, como uma protuberância da sociedade civil, como ente paternalista, ou como ‘tetas’ em que os corruptos mamam. Mas sim o Estado como pivô de uma formação social, um alicerce necessário de cuja eficiência a habilitação da economia privada, ao fim e ao cabo, também depende (Gerbaudo, 2023, p. 16).

Mas, e quando esse mesmo Estado – do qual espera-se um protagonismo para a recuperação e o equilíbrio de diferentes segmentos da sociedade – corrobora com problemas crônicos de ordem social, como o fluxo exacerbado de desordem informacional? Marques e Raimundo (2021, p. 70) apontam que, na atual conjuntura, “as *fake news* são produzidas e disseminadas em larga escala com o propósito de manutenção de uma ideologia que sustenta um poder – com hábito de mentir, de enganar, de distorcer ou esconder a verdade”, mas sempre revestidas com uma roupagem de simulação da verdade, para apreender uma audiência que venha a ser reprodutora de determinadas narrativas.

Para eles, “[...] as *fake news* são parte duma estratégia de subversão de discursos científicos e midiáticos que se propagam como notícias veladas e verdadeiras em determinado meio de difusão” (Marques; Raimundo, 2021, p. 70). De tal forma, elas possuem “valor de verdade” em alguns *media*, quando há uma identificação entre os indivíduos, a partir de ideias que se sustentam e perpetuam, gradualmente. De acordo com esses autores, “a sustentação dessa cosmovisão implica recursos escusos da retórica, principalmente a subversão da

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

estrutura das afirmativas jornalísticas e científicas e, ainda, a simplificação do conhecimento historicamente desenvolvido” (Marques; Raimundo, 2021, p. 70).

E a literatura mostra como muito do enfrentamento à Covid-19, em todo o mundo, foi pautado em torno de ideologias, bem como visões e concepções de mundo já preestabelecidas. Monari e Sacramento (2021) ressaltam como, no Brasil, essa lógica foi reverberada pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro, seguindo o modelo neoliberal do presidente estadunidense, à época, Donald Trump:

Bolsonaro centrou sua atuação contra a doença em três linhas: 1) relaxamento das medidas de isolamento social em prol da economia; 2) incentivo ao “tratamento precoce” com o uso de medicamentos sem comprovação científica; e 3) vacinação não obrigatória visando a liberdade individual (Monari; Sacramento, 2021, p. 127).

Pesquisa realizada por esses autores revelam como a desinformação produzida e replicada na plataforma *WhatsApp* era, em sua maioria, apresentada por meio da opinião de especialistas – médicos ou supostos médicos –, fato que levava legitimidade para os indivíduos. Monari e Sacramento (2021) destacam que a construção da opinião pública partia de alguns fatores, entre eles: legitimação pela avaliação moral e pela *mythopoesis* (diante de narrativas que defendiam possíveis perigos da vacina Coronavac, de procedência chinesa); o emprego de teorias da conspiração; e associação dos termos “China” e “comunista” como forma de combater a oposição a Bolsonaro.

Essa última relação, inclusive, fez com que houvesse uma disseminação do Sars-CoV-2 como o “vírus chinês”. Dessa forma, nota-se que esse conflito entre ocidentais e orientais, que, antes, já existia pela conjuntura econômica, no contexto pandêmico, passa a ter um foco “voltado para a vacina, criando uma ideia xenófoba de suspeição do imunizante em razão da localização da farmacêutica responsável por ele” (Monari; Sacramento, 2021, p. 134).

Scopinho *et al.* (2021) reforçam, ainda, como a Covid-19 não encontrou no Brasil um bom cenário econômico e político, isso porque a realidade do país não condizia com os discursos difundidos pelo gabinete da Presidência da República. Além disso, o Executivo nacional encontrava-se em constante descompasso com os demais poderes – especialmente no que tange aos Executivos estaduais.

Para esses autores, o cenário tornou-se ainda mais grave diante das condições que levaram Jair Bolsonaro ao poder. Ou seja, o tipo de ideologia que o levou ao Executivo nacional, a aceitação por parte da sociedade brasileira e a manifestação desse modelo de governo em meio à crise sanitária – um projeto voltado ao livre mercado, ao

descomprometido com a pauta ambiental, à descrença na divisão dos poderes (com uma constante instabilidade entre eles), ao discurso de enfrentamento radical da criminalidade, bem como ao embate contra os diferentes e a favor das “tradições”.

Não à toa, reuniu uma massa conservadora de diferentes segmentos econômicos:

Esse “projeto” teve o apoio de um amplo movimento reacionário e moral de base religiosa nascido nas periferias urbanas na década passada, que incluiu setores da igreja pentecostal e agentes de segurança pública frustrados pela ausência do Estado no controle da violência e pela falta de perspectivas de integração social. Pouco antes das eleições, a eles, juntaram-se as elites econômicas, parte dos profissionais liberais e das famílias brasileiras, o que culminou na eleição da figura conservadora de Bolsonaro, sem o apoio da imprensa e de alianças partidárias (Scopinho *et al.*, 2021, p. 394).

Assim, a legitimação apresentou-se como um modo de operação da ideologia, por meio dos discursos voltados ao apoio popular para o fim ou a flexibilização do isolamento social. Para isso, foram utilizadas estratégias de construção simbólica de racionalização, universalização e narrativização. Sobre esses conceitos, destaca-se:

A *racionalização* respalda-se na elaboração de uma argumentação a respeito da natureza e das intervenções possíveis sobre um determinado problema sem que haja, necessariamente, respaldo factual ou científico. [...] A estratégia da *narrativização* foi encontrada nos discursos que anunciavam que pessoas saudáveis (ou com “histórico de atleta”) e empregadas estariam menos suscetíveis à doença. [...] A estratégia de *universalização*, descrita como a apresentação de um padrão valorativo e ações que interessam para alguns como sendo, igualmente, válidas para diferentes problemas e distintos grupos sociais, foi encontrada nos discursos que procuravam distorcer a natureza e as condições de manifestação da enfermidade e da pandemia para legitimar o pensamento contrário ao isolamento social (Scopinho *et al.*, 2021, p. 396-397).

Desse modo, a estratégia da *racionalização* acarretou na disseminação de informações duvidosas, buscando coerência para assuntos controversos – a exemplo da defesa da *Hidroxicloroquina* em diversos momentos da pandemia e a defesa do isolamento social somente para grupos de risco. Já a *narrativização*, apresentou-se por meio de discursos que sugeriram que indivíduos com histórico de atletas ou trabalhadores estariam menos suscetíveis à contaminação. Enquanto a *universalização* estava presente nos discursos em que Bolsonaro alegava que o Brasil estava com a pandemia e a economia controladas – a exemplo da minimização da problemática do grande número de óbitos em detrimento da economia (Scopinho *et al.*, 2021).

Outra estratégia apontada pelos autores supracitados foi a *fragmentação*, seja por meio de *expurgo do outro* ou *diferenciação*:

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

A fragmentação é um modo de operação da ideologia muito prevalente no discurso político de Jair Bolsonaro, a qual caracteriza-se pela produção de alteridade, isto é, o apontamento de pessoas e/ou grupos sociais considerados “adversários”, “marginais” ou “retardatários” em relação a dinâmica social desejada pelo conjunto dominante, o que requer combatê-los ou, pelo menos, negligenciá-los (Scopinho *et al.*, 2021, p. 398).

Não por acaso, um levantamento da *BBC News* (2020) reuniu, já na primeira onda da Covid-19 no país, uma série de pronunciamentos de Jair Bolsonaro acerca da doença. Entre as falas relacionadas à crise sanitária, destacam-se: “superdimensionado”, “gripezinha”, “vamos todos morrer um dia”, “e daí?”, “cobre do seu governador” e “não precisa entrar em pânico” – todas elas minimizando a gravidade do problema e em divergência com as autoridades de saúde nacionais e internacionais.

As estratégias discursivas adotadas por Bolsonaro convergiram com a emergência de um movimento de negacionismo científico pautado na deslegitimação da pandemia da Covid-19. Inspirados no pensamento de Diethelm e McKee, em *Denialism: what is it and how should scientists respond?*, publicado em 2009, Camargo Jr. e Coeli (2020) situam o negacionismo como o emprego de argumentos teóricos que rejeitam uma proposição sobre a qual existe consenso científico, por meio de argumentos retóricos que dão aparência de legitimidade ao que não existe. Segundo esses autores, tal fenômeno manifesta-se, sobretudo, por meio de cinco características: “1) identificação de conspirações; 2) uso de falsos experts; 3) seletividade, focalizando em artigos isolados que contrariam o consenso científico (*‘cherry-picking’*); 4) criação de expectativas impossíveis para a pesquisa; e 5) uso de deturpações ou falácias lógicas” (Camargo Jr.; Coeli, 2020, p. 2).

Como aponta Manzoni (2024, p. 12), no contexto pandêmico, “com o rechaço das orientações científicas, as instituições e os cientistas brasileiros foram colocadas em situação reativa, especialmente no caso das ciências médicas e biomédicas que viram sua autoridade ameaçada pelo negacionismo (charlatanismo, descaso, etc)”. E mais: ganharam força entre governantes conservadores, como foi o caso do Brasil.

Os discursos do ex-presidente somaram-se ao de uma parcela de líderes negacionistas, cujos países enfrentaram recordes de contaminações por Covid-19, como os Estados Unidos de Donald Trump, que chegou ao primeiro lugar do ranking mundial de óbitos, em números absolutos, com 1,1 milhão de mortes, seguido pelo próprio Brasil, conforme relatório da OMS (2023).

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

Em matéria para o *El País*, no dia 07 de julho de 2020, a jornalista Ángeles Lucas descreve as semelhanças entre os dois presidentes, diante da pandemia:

Donald Trump, que ainda se recusa a usar máscara em público, apesar de governar o país que lidera o número mundial de mortos, com 130.000 (quase um em cada quatro no mundo), [...] é seguido por seu colega do Brasil, Jair Bolsonaro, que na terça-feira deu positivo para Covid-19 e caminha nos mercados sem respeitar a distância social em um país que acumula mais de 66.000 vítimas mortais, segundo dados do Ministério da Saúde. [...] Ambos os líderes minimizaram a doença, ignoraram os dados, zombaram da ciência e das instituições e ignoraram as experiências vividas em outras latitudes (Lucas, 2020, *não paginado*).

O grupo de líderes que encabeçou os discursos negacionistas, apelidado de *Aliança de Avestruz*, pelo analista político e professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Oliver Stuenkel, engloba Bolsonaro, no Brasil; Alexander Lukashenko, da Bielorrússia; Gurbanguly Berdymukhamedov, do Turcomenistão; e Daniel Ortega, da Nicarágua. O termo ganhou alcance internacional, a partir da publicação da reportagem *The ‘Ostrich Alliance’: the leaders denying the coronavirus threat* – em português, *A Aliança de Avestruz: os líderes que negam a ameaça do coronavírus* –, pelo jornal britânico *Financial Times*, em 16 de abril de 2020. Na publicação, o veículo descreve a nomenclatura como uma “referência ao mito de que o grande pássaro enterra a cabeça na areia diante do perigo” (Schipani *et al.*, 2020, *não paginado*).

Identifica-se, entre eles, também, as semelhanças advindas do discurso conservador, que “[...] se opõe, ao mesmo tempo, aos enunciados científicos e aos direitos humanos, pois considera que ambos representam uma ameaça aos valores tradicionais (o nacionalismo, a misoginia, o desrespeito aos direitos das minorias)” (Caponi; Brzozowski; Hellmann; Bittencourt, 2021, p. 82).

Alicerçados pela desinformação, pelo negacionismo à ciência e pela minimização da problemática sanitária, tais discursos reforçaram a defesa pelo uso irracional de medicamentos sem evidência científica de combate à Covid-19, bem como pelo descumprimento às práticas de isolamento social.

Sobre isso, Marques e Raimundo (2021) destacam:

O discurso negacionista questiona o valor histórico do conhecimento científico, dos argumentos racionais e da experiência adquirida ao longo dos anos, ao defender a ideia de que todas as opiniões têm o mesmo valor. Nesse sentido, vale-se de versões discursivas fragmentadas e anacrônicas para alavancar o antagonismo a fim de explicar qualquer fato, seja social ou natural, como tendo igual poder explicativo, pondo o senso comum, na maioria das vezes, como argumento de igual valor para contradizer o conhecimento científico (Marques; Raimundo, 2021, p. 68).

Segundo os autores, no Brasil, o movimento cresceu sob a influência de Bolsonaro, tendo como pano de fundo o uso da mentira, de forma sistemática, por meio, principalmente, das plataformas digitais. Dessa forma, o ex-presidente tornou-se um porta-voz do negacionismo, ao propagar conspirações sobre a origem do vírus, sua cura, uma possível “ameaça” comunista, uma nova ordem mundial, alterações genéticas, movimento antivacina, introdução de *microchips* e espionagem (Marques; Raimundo, 2021).

Esse panorama corrobora com as cinco características de processos negacionistas de Diethelm e Mckee, recuperadas por Caponi *et al.* (2021): conspirações; falsos especialistas; seletividade; expectativas impossíveis para pesquisa; e deturpações. Por meio desses elementos, “a equiparação de argumentos racionais ou de estudos científicos com opiniões sem fundamento contribui para negar a realidade dolorosa dos fatos, seja a desigualdade social, o racismo ou a pandemia, e silenciar os sofrimentos cotidianos, muitas vezes evitáveis” (Caponi *et al.*, 2021, p. 81).

No caso do negacionismo à brasileira, é possível identificar, ainda, algumas particularidades:

As posições do presidente e de diversos porta-vozes do governo federal, que desde o início da pandemia buscam minimizar sua gravidade; as pressões de diferentes setores econômicos pela reabertura das cidades e pelo fim do isolamento; a insuficiência das medidas de proteção aos trabalhadores ante à pandemia. Esses e outros fatores influenciaram sem dúvida o crescimento das teorias negacionistas, fazendo coro ao apelo de parte da população por uma ‘volta à normalidade’ (Morel, 2021, p. 3).

Esse discurso assume-se incorporado à extrema-direita brasileira, também na tentativa de desemparelhar o sistema público de saúde, isso porque “o negacionismo passa a ter uma expressão nunca antes vista na história, ganhando mais força inclusive no âmbito das próprias políticas públicas. A consequência mais perversa dessa equação é a intensificação de uma política de morte voltada para grupos mais vulnerabilizados” (Morel, 2021, p. 4). Portanto, o negacionismo caminha entrelaçado à necropolítica, com impactos ainda maiores entre as minorias, sobretudo pobres, negros, indígenas, mulheres e idosos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se como os sistemas ideológicos foram determinantes para a condução da maior crise sanitária da Humanidade no Brasil, que enfrentou a pandemia

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

da Covid-19 em meio à onda negacionista capitaneada pelo então chefe do Executivo Federal, Jair Messias Bolsonaro. Essa constatação joga luz sobre a necessidade de novos estudos, que possam verificar a atuação da desordem informacional discursiva e da ideologia política como possíveis Determinantes Sociais de Saúde.

Com base no contexto analisado pelo presente estudo, considera-se que a desinformação projeta distorção informacional e este fenômeno, tão frequente na contemporaneidade, requer aprofundamentos teóricos e metodológicos multidisciplinares, inclusive por contribuições efetivas da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ARENDR, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDR, H. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. (Debates, 64).

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2005.

BBC NEWS. **Relembre frases de Bolsonaro sobre a Covid-19**. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. Acesso 7 jun. 2023.

CAMARGO JR., K. R.; COELI, C. M. A difícil tarefa de informar em meio a uma pandemia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-5, abr./jun., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/Y9rxTRzQZkvCdjTsFK6gX3f>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CAPONI, S.; BRZOZOWSKI, F. S.; HELLMANN, F.; BITTENCOURT, S. C. O uso político da cloroquina: Covid-19, negacionismo e neoliberalismo. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 78-102, jan./abr., 2021. Disponível em: https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/rbs.774/pdf_45. Acesso em: 31 jan. 2025.

CROCCO, F. L. T. Indústria cultural: ideologia, consumo e semiformação. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 11, n. 1, [n. p.], jan./abr., 2009.

ECO, U. **O fascismo eterno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética da ciência**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

GERBAUDO, P. **O grande recuo**: a política pós-populismo e pós-pandemia. São Paulo: Todavia, 2023.

GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 39, p. 13-21, jan./dez., 1995.

GRUPO DE PESQUISA DISCURSO. O vírus não é democrático: a pandemia da Covid-19 como acontecimento e a disputa de discursos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-virus-nao-e-democratico-a-pandemia-da-covid-19-como-acontecimento-e-a-disputa-de-discursos/>. Acesso em: 6 jun. 2023.

JESUS, M. P. H.; BARROS, A. T. Estratégias discursivas de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU em 2020. **Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 274-305, jan./abr., 2021.

LUCAS, A. A triste sorte dos presidentes negacionistas da Covid-19. **El País**, Madri, 07 de julho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-07/a-triste-sorte-dos-negacionistas-da-covid-19.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MANZONI, A. Ciência, não-ciência, anticiência: lutas em torno da saúde pública na pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 39, p. 1-19, jan./dez., 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/kx8HWVdbz3TrSrcRgH8nxF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MARQUES, R.; RAIMUNDO, J. A. O negacionismo científico refletido na pandemia da Covid-19. **BOCA: Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 7, n. 20, p. 67-78, maio/ago., 2021.

MEDEIROS, Danilo. Onde está a polarização política no Brasil? **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 32-55, jan./mar., 2022.

MÉSZAROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONARI, A. C. P.; SACRAMENTO, I. A “vacina chinesa de João Doria”: a influência da disputa política-ideológica na desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19. **Mídia & Cotidiano**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 125-143, set./dez., 2021.

MOREL, A. P. M. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-14, jan./dez., 2021.

OMS. **Coronavirus dashboard**, 2024. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. **Polarização e desinformação online no Brasil**. São Paulo: FES, 2018. (Análise. Friedrich Ebert Stiftung Brasil; 44). Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14629.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

REIS, A. S. D. **Retórica-ideologia-informação**: questões pertinentes ao cientista da informação? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145-160, jul./dez., 1999.

RIBEIRO, J. U. **Política**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SANTOS, G. F. C. D.; SANTEE, N. R. A linguagem retórica da propaganda: uma análise comparativa. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 10-24, jan./jun., 2010.

SCHIPANI, A. *et al.* The "Ostrich Aliance": the leaders denying the coronavirus threat. **Financial Times**, Nova Iorque, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/974dc9d2-77c1-4381-adcd-2f755333a36b>. Acesso em: 12 de junho de 2024.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOPINHO, R. A.; ROLDÃO, J. M. L.; JULIANI, R. P.; ALMEIDA, G. P.; SOUZA, G. R. "Trabalhar é preciso, viver não é preciso": ideologia e necropolítica na pandemia covid-19. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 390-408, jan./dez., 2021.

SONDERMANN, R. **O discurso como arma de guerra e persuasão**: análise de discursos de Winston Churchill durante a Segunda Guerra Mundial. 280f. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, Porto Alegre, 2013.

STOLZ, S. A ordem do discurso e suas relações com o poder: vertigem e quebra de certezas. **JURIS**: Revista da Faculdade de Direito, Rio Grande, v. 13, n. 1, p. 159-176, jan./dez., 2008.

STILBEN, J. T. A. E se o Bolsonaro falasse de você? uma revisão midiática e literária sobre a capacidade destrutiva do firehosing e do flaming. **Policromias**: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 336-367, maio/ago., 2021.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TIBURI, M. **Delírio do poder**: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação. Rio de Janeiro: Record, 2019.

YENGAR, S.; LELKES, Y.; LEVENDUSKY, M.; MALHOTRA, N.; WESTWOOD, S. J. The origins and consequences of affective polarization in the United States. **Annual Review of Political Science**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 129-146, jan./dez., 2019.